

**UNIVERSIDADE FEDERAL MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA
PORTUGUESA: REFLEXÃO E ENSINO**

LUIZ FERNANDO DE CARVALHO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS DO PNLD 2015**

**Belo Horizonte
2016**

LUIZ FERNANDO DE CARVALHO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ANÁLISE DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS DO PNLD 2015**

Trabalho monográfico submetido ao Curso de Especialização em Gramática da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof. Dr^a. Márcia Cristina de Brito Rumeu.

**Belo Horizonte
2016**

LUIZ FERNANDO DE CARVALHO

**A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
ANÁLISE DE COLEÇÕES DIDÁTICAS DO PNLD 2015**

Trabalho monográfico submetido ao curso de Especialização em gramática da língua portuguesa: reflexão e ensino da Faculdade de Letras da UFMG, como requisito para obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Cristina de Brito Rumeu.

Aprovado em: Belo Horizonte, ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Lorenzo Teixeira Vitral – UFMG

Profa. Dr^a. Leandra Batista Antunes – UFOP

Ao Laécio,
sempre.

Um muitíssimo obrigado à Márcia,
querida orientadora,
e à Mariana,
querida amiga.

Pronominais

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro*

Oswald de Andrade

RESUMO

Este trabalho monográfico analisa coleções de livros didáticos do PNLD 2015 com o intuito de observar o tratamento concedido à expressão variável do imperativo do Português Brasileiro. Como estratégia de apreensão do fenômeno em análise, passa-se por uma revisão do tema (o imperativo) em algumas gramáticas normativas, descritivas e também em estudos contemporâneos. Como resultado, constata-se que, embora abordem o imperativo de maneira contextualizada em alguns casos, nenhuma coleção apresenta o fenômeno variável em concordância com os estudos linguísticos contemporâneos.

Palavras-chave: *Imperativo. Variação linguística. PNLD. Livro didático.*

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVOS.....	14
4. REVISÃO HISTÓRICO-DESCRIPTIVA DO TEMA: O IMPERATIVO EM FOCO ...	15
4.1 O IMPERATIVO À LUZ DA TRADIÇÃO GRAMATICAL	15
4.2 O IMPERATIVO À LUZ DA DESCRIÇÃO GRAMATICAL	17
4.3 O IMPERATIVO NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS CONTEMPORÂNEOS	20
5. ANÁLISE QUALITATIVA DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
7. REFERÊNCIAS.....	38

1. INTRODUÇÃO

O imperativo no Português Brasileiro (doravante PB) é um fenômeno linguístico peculiar que tem recebido atenção de alguns conceituados pesquisadores em seus estudos linguísticos dada a sua expressão variável. Nesse contexto, cabe destacar os estudos de Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014), nos quais a autora discorre sobre a variação do imperativo entre os falantes brasileiros em uma perspectiva diacrônica e sincrônica, demonstrando os fatores que influenciam a expressão variável desse modo verbal. Nesses trabalhos, a linguista evidencia que, no PB, de um modo geral, muitos falantes, mesmo que utilizem o pronome “você” em vez do “tu” em seu cotidiano, preferem as formas “deixa/recebe/abre/dá/diz/vai”, formas imperativas tradicionalmente associadas ao contexto de uso do pronome “tu” (classificadas pela autora como próprias) às formas “deixe/receba/abra/dê/diga/vá” ligadas ao pronome “você” (formas denominadas pela autora de supletivas ou auxiliares), cf. Scherre, 2007, p. 190.

Nesse ponto, haveria, então, uma discordância, sob a perspectiva da gramática tradicional, entre as pessoas do discurso e as conjugações verbais no imperativo. De fato, as gramáticas normativas, como, por exemplo, as de Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]), abordam o imperativo de maneira tradicional. Os gramáticos postulam que a conjugação do imperativo é derivada do presente do indicativo – no caso do afirmativo na 2.^a pessoa (doravante 2P) do singular e do plural – e do presente do subjuntivo – no caso do afirmativo na 3.^a pessoa (doravante 3P) do singular e do plural e na 1.^a pessoa (doravante 1P) do plural, bem como, no caso do negativo, na 2P e 3P do singular e na 1P, 2P e 3P do plural –, seguindo o quadro tradicional dos pronomes que, para o imperativo seriam “tu”, “você”, “nós”, “vós”, “vocês”. Segundo esses autores, o paradigma da conjugação dos verbos no imperativo segue uma correspondência unilateral com o presente do indicativo e do subjuntivo entre as pessoas do discurso sem mencionar nenhum caso de expressão variável nesse processo. Não há, portanto, qualquer referência ao fenômeno linguístico variável do imperativo do

PB tal como assinalado por Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014).

Entretanto, em uma abordagem mais próxima ao que os estudos linguísticos têm comprovado, as gramáticas descritivas já aventam ao fenômeno da variação do imperativo no PB. Tanto Perini (2010), quanto Bagno (2011) e Castilho (2014), em menor ou maior instância, já consideram em suas gramáticas uma dissonância sobre o que é prescrito acerca da formação do imperativo nas gramáticas tradicionais e o que se observa efetivamente como expressão do imperativo, na fala do brasileiro, seja esta monitorada ou não. Para comprovar esse ponto de vista, Bagno (2011), por exemplo, cita estudos de Scherre (2005), e Castilho (2011) menciona os estudos de Braga (2008), o que evidencia um tratamento mais coerente com relação aos estudos linguísticos contemporâneos sobre o fenômeno, que é pouco ou quase nunca abordado em sala de aula, mantendo-se, pois, circunscrito ao contexto acadêmico.

Nesse sentido, é importante considerar que, embora o uso que o falante brasileiro faz do imperativo, muitas vezes, não seja abonado pela tradição gramatical, Scherre *et al.* (2014, p. 95) afirmam que a expressão variável do imperativo do PB não é alvo de estigma social. Em outras palavras, o uso de formas próprias “deixa/recebe/abre/dá/diz/vai”, comumente associadas ao pronome “tu” pela gramática tradicional, em contextos de uso do “você”, por exemplo, não revela efeitos na sociedade em termos de uma maior ou menor hierarquização social. A esse propósito, basta considerar a existência dessa variação em construções amplamente divulgadas como é o caso de: “Vem pra Caixa você também, vem!”, conhecida propaganda da Caixa Econômica Federal; “Beija eu, beija eu, me beija”, famoso excerto da letra de uma música de Marisa Monte; e ainda “Me dá um cigarro aí!”, célebre verso de Oswald de Andrade.

Feita essa análise preliminar do fenômeno, a questão em discussão neste trabalho monográfico é especificamente a abordagem concedida pelos livros didáticos voltados para o Ensino Médio, aprovados pelo Ministério da Educação (MEC) no Programa Nacional do Livro Didático 2015 (PNLD 2015) em relação à expressão variável do imperativo, mais especificamente ao

imperativo abasileirado (compra você, vem você, chega você), cf. discutido por Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014). O ensino do imperativo via livros didáticos muito se aproxima do que é apregoado pelas gramáticas normativas, representadas, neste trabalho monográfico pelos seguintes gramáticos: Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]). E, quando se faz alguma referência, nas gramáticas, à preferência brasileira em contextos de uso de “você” pelas formas próprias associadas ao indicativo tradicionalmente ligadas ao “tu”, esse fenômeno é tratado como uma mera "mistura de tratamento" da norma coloquial, como discutido por Bagno (2010, p. 268). Nesse sentido, entende-se a abordagem dessas coleções didáticas como um contrassenso ao ensino de língua portuguesa nas escolas, uma vez que desconsideram as contribuições dos estudos linguísticos sobre um fenômeno genuinamente do PB, como é o caso do imperativo brasileiro. Conseqüentemente, os alunos entendem esse tópico gramatical provavelmente de maneira distorcida, uma vez que a abordagem em muito se distancia de sua prática cotidiana.

É importante esclarecer que não se defende neste trabalho, evidentemente, a desconsideração total e absoluta da abordagem tradicional, mesmo porque o aluno precisa ler e interpretar todos os tipos de textos, dotados das mais variadas estruturas sintáticas e dos mais variados tipos de itens lexicais, principalmente, os antigos e os eclesiásticos, que podem apresentar ocorrências do imperativo tal como exposto nas gramáticas tradicionais. Entretanto, essas coleções didáticas não podem prescindir da apresentação do imperativo tal como ocorre no PB contemporâneo, uma vez que, assim, auxiliarão o trabalho do professor no aprendizado do aluno a fim de que ele, conforme Antunes (2003, p. 92-99), possa compreender e produzir textos orais e escritos com uma gramática a serviço de uma descrição consistente da língua.

Tendo por base essas reflexões, neste trabalho, será assumida como ponto de partida a abordagem do imperativo das gramáticas normativas Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]), seguida de uma apresentação do imperativo nas gramáticas descritivas (Perini (2010), Bagno (2011) e Castilho (2014), encerrando esta parte teórica de

revisão do tema com a abordagem variacionista acerca da expressão linguística variável do imperativo no PB, baseando-se, sobretudo, nos estudos de Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014).

Em seguida, será feita a análise, à luz da revisão do tema, das coleções de livros didáticos voltadas para o Ensino Médio aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) no Programa Nacional do Livro Didático em 2015 (PNLD 2015), procurando evidenciar, em cada uma das tais coleções de livros didáticos, a definição do modo imperativo, a abordagem das formas próprias e supletivas (ou auxiliares) desse modo verbal e a presença ou ausência da expressão variável do fenômeno tanto na teoria linguística, quanto nos exercícios. Por fim, será avaliado o quanto próximos ou, muito provavelmente, distantes, esses livros didáticos estão em relação à abordagem dos estudos linguísticos no que se refere ao ensino do imperativo.

2. JUSTIFICATIVA

No trabalho como professor de língua portuguesa na educação básica, principalmente no Ensino Médio, vê-se o quanto é desafiador o ensino da gramática, sobretudo, porque, em muitas ocasiões, a prática do ensino de língua portuguesa para falantes nativos do português, segundo Travaglia (2009, p. 101-106), ocorre de maneira prescritiva e descontextualizada, limitando-se às regras da gramática normativa de acordo com os exemplos da tradição clássica, desconsiderando totalmente, pois, a língua em uso. Conforme discutido por Antunes (2014, p. 51-58), a gramática em sala de aula é quase sempre explorada de maneira inespecífica e artificial, atendo-se, muitas vezes, aos exercícios de análise morfosintática por meio de sentenças isoladas que predominam nas aulas de português. O problema dessa postura é que frequentemente o ensino de língua portuguesa por meio da gramática tradicional por si e para si leva a uma compreensão falseada da língua, como se esta fosse uniforme e homogênea, sem variação.

Nesse contexto, este trabalho se justifica *a priori* pela necessidade do desenvolvimento de estudos linguísticos sobre a expressão variável das

construções imperativas do imperativo no PB, na medida em que, assim, possa-se compreender melhor o ensino de língua portuguesa em terras d'aquém-mar, que apresenta inúmeras variações que a fazem destoar do Português Europeu (doravante PE). Desse modo, é necessário frisar a importância da divulgação, com este trabalho, dos estudos linguísticos sobre o imperativo do PB feitos por Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014), em que a autora analisa o fenômeno à luz da Teoria da Variação (Labov 1972, 1990).

Adicionalmente a isso, este trabalho também se justifica pela necessidade de se atestar como o imperativo é abordado de modo frequentemente artificial nos livros didáticos, especificamente nas coleções voltadas para o Ensino Médio, aprovadas pelo Ministério da Educação (MEC) no Programa Nacional do Livro Didático em 2015 (PNLD 2015). Esses livros, inúmeras vezes, não levam em consideração as contribuições de estudos recentes sobre o imperativo no PB e abordam esse modo verbal de maneira anacrônica, voltado quase que exclusivamente ao que é prescrito pelas gramáticas normativas.

Por fim, este trabalho monográfico se justifica pela necessidade de se contribuir para a discussão acerca do aprimoramento do ensino de gramática nas escolas, de maneira especial, o do imperativo. Afinal, é imprescindível demonstrar o modo recorrentemente equivocado de como esse tema é tratado; suscitando, assim, reflexões sobre a elaboração de materiais didáticos de maneira mais condizente com a realidade linguística do PB. Dessa forma, os alunos estudariam a gramática de uma língua mais ao alcance do uso e da própria compreensão, uma gramática que, conforme Antunes (2003, p. 96-98), fosse relevante, funcional, contextualizada e interessante, melhorando, conseqüentemente, a competência linguística do falante e seu aprendizado sobre a língua.

Dessa maneira, é essencial que se desenvolvam estudos linguísticos, a respeito de fenômenos gramaticais, como a expressão variável das construções imperativas no PB, a fim de desnudar a expressão real do “brasileiro” falado em terras d'aquém mar. Esses estudos, em grande parte desenvolvidos por Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008),

Scherre *et al.* (2014), visam à compreensão da língua de maneira detalhada, com toda a complexidade que lhe subjaz, por meio da demonstração de como ela é heterogênea e repleta de idiossincrasias. Além disso, mantidas as devidas proporções do ambiente acadêmico e do contexto da educação básica, esses estudos linguísticos apresentam contribuições para o ensino de gramática na escola. A gramática seria, nesse caso, a de uma língua real, contextualizada, ao alcance dos alunos e, graças a esses estudos, provavelmente muito mais passível de ser compreendida.

3. OBJETIVOS

Objetivos gerais:

- Contribuir para o conhecimento sobre o fenômeno da expressão variável das construções imperativas no PB aliado à perspectiva da teoria da variação e mudança linguística;
- Auxiliar no conhecimento da abordagem gramatical sobre o imperativo do PB em coleções de livros didáticos aprovados pelo Ministério da Educação no Programa Nacional do Livro Didático 2015 (PNLD - 2015);
- Colaborar para o aperfeiçoamento/otimização dos materiais didáticos e da prática docente sobre o fenômeno do imperativo no PB com alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Objetivos específicos:

- Mostrar como o imperativo ocorre no PB, evidenciando expressões variáveis em uma perspectiva de mudança linguística;
- Evidenciar que o imperativo no PB é um fenômeno linguístico que destoa do imperativo que é apregoado pelas gramáticas normativas;
- Expor que o imperativo no PB é um fenômeno linguístico que se aproxima do imperativo que é apresentado por gramáticas descritivas;
- Evidenciar que o imperativo do PB é um fenômeno que destoa do que é apresentado nas coleções didáticos Ensino Médio aprovados no PNLD 2015.

- Esclarecer que os livros didáticos voltados para o Ensino Médio aprovados no PNLD 2015 não abordam de maneira satisfatória o fenômeno do imperativo do PB.

4. REVISÃO HISTÓRICO-DESCRITIVA DO TEMA: O IMPERATIVO EM FOCO

4.1 O imperativo à luz da tradição gramatical

As gramáticas normativas da Língua Portuguesa, em geral, foram criadas, assim como todas as gramáticas do gênero, para preservar a norma padrão da língua, com exemplos pautados nos grandes escritores que compõem o cânone literário. Nesse sentido, Rocha Lima (2013 [1972], p. 38) afirma que as regras da gramática normativa fundamentam-se “nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição porque é nela que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou.” Essa afirmação sintetiza o propósito da perspectiva tradicional, cujas gramáticas não estão preocupadas, portanto, com os fenômenos de variação e mudança na língua, como a expressão variável das construções imperativas no PB.

Nessa perspectiva, Rocha Lima (2013 [1972], p. 176-177) por exemplo, ao abordar o modo imperativo da língua portuguesa, apresenta as formas “louva/louve/louvai/louvem” para o imperativo afirmativo, que considera derivado do presente do indicativo na 2P do singular e do plural sem o “s” e do presente do subjuntivo na 3P do singular e do plural normalmente; e as formas “(não) louves/louve/louvei/louvem” para o imperativo negativo, que considera derivado do presente do subjuntivo tanto na 2P quanto na 3P pessoa do singular e do plural. Para completar o quadro do paradigma do imperativo, o autor apenas observa que, em alguns casos, quando o falante se inclui entre as pessoas a quem se dirige, alguns autores consideram como válidas as formas “louvemos” e “não vendamos” para a 1P do plural, “nós”.

De maneira análoga, Cunha e Cintra (2007 [1985], p. 395; 405) apresentam o imperativo da língua portuguesa inicialmente com as formas “estuda/estude/estudemos/estudai/estudem” para exemplificar os modos e tempos da língua. Posteriormente, os autores evidenciam que o imperativo afirmativo é um modo derivado do presente do indicativo na 2P do singular com as formas “canta/cantai”, “vende/vendei” e “parte/parti”. Por fim, os gramáticos apenas observam que as demais pessoas do imperativo afirmativo e todas as do imperativo negativo são equivalentes às formas verbais do presente do subjuntivo, tempo também derivado do presente do indicativo.

De modo semelhante, Bechara (2009 [1928-], p. 237) aborda o imperativo como um modo derivado do presente do indicativo e do presente do subjuntivo, tempo que considera também derivado do presente do indicativo. Conforme o gramático, as formas de 2P do singular e do plural do indicativo dão origem à 2P do singular e do plural do imperativo afirmativo, retirando-se o “s”, como pode ser visto nas formas “canta/cantai”, “vende/vendei” e “parte/parti”. O autor ainda salienta: que o imperativo apresenta formas próprias apenas para a 2P; que as demais pessoas não mencionadas anteriormente são supridas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo; que não existe imperativo de 1P pessoa do singular; e, por último, que o imperativo não é usado nas orações negativas, pois considera que nesse caso são usadas as formas do presente do subjuntivo.

De acordo com o que postulam os autores dessas gramáticas normativas, as formas verbais do modo imperativo correspondem exatamente, salvo algumas mínimas alterações, às formas do presente do indicativo e presente do subjuntivo para a 2P e a 3P do singular e para a 1P, 2P e 3P do plural. Dessa maneira, não sendo objetivo dessas obras, não há qualquer referência à expressão variável das construções imperativas, fenômeno linguístico de ocorrência considerável no português falado no Brasil. As gramáticas da tradição gramatical postulam, portanto, as regras do “bem falar e bem escrever”, seguindo, conforme (Bechara (2009 [2006], p. 52), o seu propósito de orientar a fala e a escrita “segundo o uso e a autoridade dos escritores corretos e dos gramáticos e dicionaristas esclarecidos”, não se atentando de sobremaneira às questões de variação e mudança linguística.

4.2 O imperativo à luz da descrição gramatical

As gramáticas descritivas têm por objetivo, conforme Travaglia (2009, p. 32), registrar, de maneira basicamente sincrônica, uma variante da língua, descrevendo as categorias existentes, as construções possíveis bem com as condições de uso dos mecanismos linguísticos. Nesse sentido, a descrição gramatical aborda, então, a língua que os falantes utilizam em um determinado momento; em outras palavras, as gramáticas descritivas evidenciam a língua em uso, que em muito pode diferir da teoria gramatical tradicional. De fato, diferentemente do que se observa nas gramáticas normativas, as gramáticas descritivas, em maior ou menor grau de análise, abordam a expressão variável do imperativo do PB em consonância com estudos linguísticos contemporâneos sobre o fenômeno.

Perini (2010, p. 308-309), por exemplo, ao apresentar os tempos e modos do PB, evidencia que o imperativo apresenta “faz!” (3P do singular do presente do indicativo) como forma predominante. Em seguida, em uma explicação sucinta sobre a morfologia dos modos verbais, nesse caso, do imperativo, o linguista evidencia que a forma mais comumente utilizada no Sudeste, em que há recorrência da utilização do pronome “você”, é idêntica à da 3P do singular do presente do indicativo, o que pode ser visto em sentenças, como “Faz um sanduíche!”, em vez de “faça” ou “Vem cá um momento!”, em vez de “venha”. Continuando sua explicação, o gramático ainda salienta que, diferentemente do que ocorre no Sudeste, no Nordeste, em que se registra o uso do “tu” em algumas regiões, a forma mais utilizada é idêntica à 3P do singular do presente do subjuntivo, em sentenças como “Faça um sanduíche!” e “Venha cá!”. Por fim, o autor observa que, no caso da 1P do plural, registrada pelas gramáticas normativas como “façamos”, no PB, ocorre com uma forma do verbo “ir”, como “Vamos fazer um sanduíche!”, por exemplo.

A respeito do imperativo, Bagno (2011, p. 566-572) inicia sua análise denunciando que a tradição gramatical e os materiais didáticos apresentam um paradigma de formação do imperativo que em nada corresponde ao português

falado e escrito no PB atual. A respeito da expressão variável do imperativo, o linguista afirma que, segundo a regra tradicional, caso se comunique por “tu”, o falante deve utilizar a forma “fala”; de forma análoga, caso use o “você”, o falante deve se comunicar pela forma “fale”. Entretanto, de acordo com o gramático, essas duas regras não evidenciam os usos autênticos do PB atual.

Ao analisar a questão, o autor discorre a respeito das mudanças do quadro pronominal tradicional brasileiro como fator influente nessas regras. Conforme Lopes (2014, p. 116), os pronomes pessoais que desempenham papel de sujeito no PB atual são eu, tu/você, ele/ela, nós/a gente, vocês, eles/elas com distribuição variável no território brasileiro. Com base nesse quadro, o gramático evidencia que, em regiões de uso recorrente do “tu”, como a Norte e a Nordeste, muitas vezes, o imperativo é utilizado com as formas do subjuntivo “venha/faça/diga/traga/deixe”. Por outro lado, nas regiões em que se predomina o uso do “você”, as formas ligadas ao indicativo “vem/faz/diga/traz/deixa” são mais recorrentes.

Além disso, segundo o gramático, é muito comum que os falantes brasileiros utilizem as formas imperativas associadas ao indicativo e ao subjuntivo em uma mesma sentença como no verso “Vem, me dê a mão...”, da canção “João e Maria”, de Chico Buarque. Por fim, o linguista, citando os trabalhos de Scherre (2005), afirma que em situações mais monitoradas, como uma receita culinária por escrito ou uma propaganda de cerveja, o uso das formas derivadas do subjuntivo soa melhor que o uso das formas do indicativo para evitar ambiguidade de leitura; e, em situações menos monitoradas, como uma receita culinária transmitida oralmente, prevalece o uso das formas derivadas do indicativo. Em síntese, segundo Bagno (2011, p. 568), o uso das formas verbais derivadas do indicativo (“fala”) e do subjuntivo (“fale”) não estão relacionadas apenas aos índices de pessoa “tu” e “você”, conforme as regras tradicionais, mas, sim, a fatores mais complexos: a origem regional do falante, a modalidade falada ou escrita da língua, a necessidade de uma fala mais monitorada etc.

Em sua análise sobre o imperativo no PB, Castilho (2011, p. 394; 439-441) apresenta o quadro tradicional de formação do imperativo, mas salienta, já no início, que não são essas formas, consagradas pela tradição gramatical as

encontradas no PB. O autor faz uma breve análise diacrônica, afirmando que o imperativo hoje apresenta formas derivadas do indicativo e do subjuntivo por razões históricas. Segundo o gramático, a 2P apresenta formas derivadas do indicativo que, na realidade, são uma forma etimológica derivada do imperativo latino, por exemplo: *canta*>*canta*; *cantate*>*cantai*; *debe*>*deve*; *debete*>*devei*; *parte*>*parte*; *partite*>*parti*. O linguista acentua que as gramáticas escolares simplesmente ignoraram as razões históricas da formação do imperativo e criaram a regra mnemônica da retirada do “s” da 2P pessoa das formas do indicativo para formação das formas de 2P pessoa desse modo verbal.

Continuando a análise, Castilho (2011, p. 394; 439-441) explica que a mudança no quadro pronominal do PB, já mencionada anteriormente em Lopes (2014, p. 116), influenciou de maneira determinante a expressão variável do imperativo, uma vez que a mudança de “tu” por “você” e de “nós” por “a gente” fez com que o verbo assumisse as formas da 3P, acarretando o uso do subjuntivo na formação do imperativo, mesmo para a 2P discursiva, o que contraria as gramáticas normativas. Diante desse cenário, o autor lança mão dos seguintes questionamentos: (I) o fato de o imperativo derivar tanto do indicativo quanto do subjuntivo conduziria o PB a não se abster de uma forma própria para esse modo verbal?; (II) o fato de o indicativo e o subjuntivo alternarem-se na formação do imperativo licenciaria a expressão variável desse modo verbal?

Para responder ao primeiro questionamento, o linguista utiliza uma metáfora: o imperativo estaria numa espécie de “corda bamba” entre o discurso (marcado pelos atos de fala) e a prescrição da gramática (marcada pelas flexões verbais) em que os falantes, linguistas e gramáticos, ou seja: todos os brasileiros, estariam dependurados em uma disputa entre o subjuntivo e o indicativo como elementos formadores desse modo verbal. Esse cenário leva ao segundo questionamento, a respeito do aspecto variável do imperativo, sobre o qual o gramático cita os estudos de Braga (2008, *apud* Castilho (2011, p. 394; 439-441)) com base em peças teatrais escritas entre 1850 e 1875. A partir desses estudos, Castilho (2011, p. 394; 439-441) conclui que as variações ocorrentes no imperativo do PB apresentam inúmeros fatores de

influência que remontam ao século XIX, época em que essa variação já era frequente em algumas peças teatrais.

Dessa maneira, pode-se perceber que todos os gramáticos citados nesta secção, que analisam a língua em uma perspectiva descritivista, consideram, em menor e maior análise, a expressão variável das construções imperativas no PB, foco de estudo deste trabalho. Assim, Perini (2010), Bagno (2011) e Castilho (2014) fazem jus ao objetivo de suas gramáticas de descreverem o PB de modo a considerarem os aspectos variáveis presentes nesta língua falada aquém-mar. Por essa razão, esses autores se distanciam da tradição gramatical, muitas vezes, calcada no PE, falado além-mar, ou na língua utilizada no cânone da literatura portuguesa e brasileira. Por essa razão também, esses linguistas se aproximam dos estudos linguísticos contemporâneos sobre fenômenos específicos do PB, como a expressão variável do modo imperativo, demonstrando a riqueza e a diversidade do português falado no Brasil.

4.3 O imperativo no Português Brasileiro: uma abordagem à luz de estudos linguísticos contemporâneos

As pesquisas mais expressivas sobre a expressão variável do imperativo no PB foram feitas nos inúmeros trabalhos da professora Maria Marta Pereira Scherre, entre os quais se destacam os artigos Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014). Segundo Scherre (2007, p. 190) sua atenção ao fenômeno foi motivada por um exercício de gramática presente em Cegalla (1999, p. 184), com o qual teve contato no início dos anos 1990. O referido exercício pedia para que os alunos passassem para a 2ª P do singular ou do plural sentenças como “Divide e sê vencedor.”, “Recebe com alegria os amigos que visitaram.”, “Abri as portas da esperança (...).”, “Frequenta os bons e serás bons (...).”. Nessas construções, fica patente o estranhamento dos falantes do PB diante de sentenças que pouco parecem produtivas aos ouvidos.

Para a autora, mineira, que se utiliza do “você” em sua fala, essas sentenças também lhe pareceram “estranhas”, na medida em que tenderia a utilizar muito mais as formas denominadas próprias “deixa/receba/abre/dá/diz/vai”, ligadas ao pronome “tu”, do que as formas denominadas auxiliares (ou supletivas) “deixe/receba/abra/dê/diga/vá”, associadas ao pronome “você”. Essa aparente contradição entre a utilização do pronome “você” em vez do “tu” e a preferência do imperativo por formas ligadas ao “tu” e não ao “você” foi determinante para o início da pesquisa que se desenvolveria nos anos seguintes.

A autora reitera que o estranhamento causado quanto ao exercício de gramática do Cegalla (1991) se deve à descontextualização das sentenças, que se encontram isoladas, sem âncoras discursivas próprias do uso do imperativo, que ocorre frequentemente em contexto dialógico, como vocativos, balões, rimas, ícones etc. Essa situação pode levar a interpretações ambíguas equivocadas no PB, como na sentença “Abri as portas da esperança”, cuja leitura mais condizente entre os falantes do PB não seria a do verbo no imperativo e sim no pretérito perfeito do indicativo com sujeito “eu” não marcado. Conforme Scherre (2007, p. 190), esse exercício serve para comprovar, portanto, que o imperativo não deve ser analisado de maneira descontextualizada, sem marcadores discursivos, à guisa de se cometer equívocos e incoerências na análise.

De acordo com Scherre (2007, p. 190), foi esse exercício, portanto, o responsável por instigar sua pesquisa sobre a variação do imperativo no PB. Diante disso, a pesquisadora inicia seus estudos a partir de um mapeamento da distribuição variável do imperativo no território brasileiro, pautando-se em diversas pesquisas desenvolvidas a partir de então. Desse mapeamento, surgiram, então, os dados que foram analisados em função de alguns critérios/condicionamentos (linguísticos e sociais) para a interpretação coerente do fenômeno de mudança linguística.

Conforme Scherre (2007, p.192), o mapeamento da expressão variável do imperativo na fala espontânea atestada em pesquisas sobre o PB das décadas de 1970 a 1990 evidencia um fenômeno de variação de língua. De acordo com o mapeamento feito pela autora, há o predomínio das formas

próprias do imperativo “deixa/recebe/abre/dá/diz/vai” associadas ao indicativo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, em cidades como Brasília, Goianésia, Campo Grande, Rio de Janeiro, Florianópolis, com exceção de Lages, no interior de Santa Catarina. Em posição diversa, há o predomínio das formas supletivas (ou auxiliares) do imperativo “deixe/receba/abra/dê/diga/vá” associadas ao subjuntivo, em cidades como Fortaleza, João Pessoa e Salvador, ou um equilíbrio entre as duas formas, como ocorre em Recife. Os principais fatores que influenciam essa expressão variável do imperativo no PB são de natureza linguística e extralinguística. Diante desse mapeamento, é necessário discutir, portanto, os aspectos diacrônicos e sincrônicos de formação das formas próprias e supletivas (ou auxiliares) do imperativo do PB.

Os gramáticos da tradição Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]) são unânimes ao afirmar, sob um viés sincrônico, que o imperativo é um modo verbal derivado do indicativo e do subjuntivo. Do indicativo, deriva-se a 2P do singular e do plural sem o “s” para o imperativo afirmativo, por exemplo: *cantas/canta* (tu), *cantais/cantai* (vós). Do subjuntivo, derivam-se a 3P do singular e do plural e a 1P do plural para o imperativo afirmativo, bem como a 1P do plural e a 2P e a 3P do singular e do plural para o imperativo negativo, por exemplo: *cante/cante* (você), *cantemos/cantemos* (nós), *cantem/cantem* (vocês), *cantai/ não cantai* (tu), *cante/ não cante* (você), *cantemos / não cantemos* (nós), *cantai/ não cantai* (vós), *cantem/ não cantem* (vocês). No entanto, há também razões históricas, em uma perspectiva diacrônica, que explicam as semelhanças entre as formas verbais desses modos.

Para fundamentar essa análise em relação ao surgimento das formas próprias da 2P do singular do imperativo em uma perspectiva diacrônica, Scherre (2007, p. 195-200) apresenta um quadro com formas, para o latim e para o PB: do infinitivo dos verbos, da 2P do singular do imperativo afirmativo, da 2P do singular do presente do indicativo e da 3P do singular do presente do indicativo.

Em análise atenta do quadro, conforme Scherre (2007, p. 195-200), é evidente a regularidade da relação entre as formas imperativas latinas e o infinitivo latino (com a supressão da última sílaba): *laxa, laxare; recipe,*

recipere; aperi, aperire. Além disso, é perceptível também a relação regular das formas latinas da 2P do singular do imperativo afirmativo com as formas portuguesas da 2P do singular do presente do indicativo (com a supressão do “s” final): *laxa, deixas; recipe, recebes; aperi, abres* – análise já consagrada pela tradição gramatical Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]). E, por fim, também é notável a semelhança das formas latinas da 3P do singular do presente do indicativo (com a supressão do “t” final) com as formas portuguesas da 2P do singular do imperativo afirmativo: *laxat, deixa; recipit, recebe; aperit, abre* – conforme já postulado por Faraco ((1986), *apud* Scherre (2007)). Dessa análise, pode-se depreender que é inegável o fato de as formas próprias do imperativo da 2P singular derivarem sincronicamente do modo indicativo e diacronicamente da língua latina.

Prosseguindo a análise, neste ponto, sobre o surgimento das formas próprias da 2P do plural do imperativo, Scherre (2007, p. 195-200) apresenta um quadro com formas verbais para o latim e para o PB: do infinitivo desses verbos, da 2P do plural do imperativo afirmativo, da 2P do plural do presente do indicativo e da 3P do plural do presente do indicativo.

Analisando o quadro atentamente, conforme Scherre (2007, p. 195-198), é evidente a relação entre as formas latinas da 2P imperativo afirmativo plural e o infinitivo latino (com a substituição de “re” por “te”): *laxate, laxare; recipete, recipere; aperite, aperire*. Acrescido a isso, é também perceptível a relação regular entre as formas portuguesas da 2P plural do imperativo afirmativo e as formas portuguesas da 2P do plural do presente do indicativo (com a supressão do “s”): *deixai, deixais; recebei, recebeis; abri, abris* – conforme a tradição gramatical, segundo Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]). Além disso, é notável também a relação pouco óbvia entre as formas latinas da 3P do plural do presente do indicativo e as formas portuguesas da 2P do plural do imperativo afirmativo: *laxante, deixai; recipiunt, recebei; aperiunt, abri* – aspecto que, de acordo com Scherre (2007, p. 195-200), diferencia o quadro das pessoas do plural do quadro das pessoas do singular.

A fim de dar prosseguimento à análise, neste caso, sobre o surgimento das formas auxiliares (ou supletivas) do imperativo, tradicionalmente associadas ao modo subjuntivo, Scherre (2007, p. 195-200) apresenta um outro quadro de formas verbais, para o latim e para o PB: do infinitivo dos verbos, da 2P do singular indireta (você) do imperativo afirmativo e do imperativo negativo com forma supletiva, da 2P do plural indireta (vocês) do imperativo afirmativo e do imperativo negativo com forma supletiva, a 3P do singular do presente do subjuntivo e a 3P do plural do presente do subjuntivo.

Analisando o quadro com atenção, é inegável reconhecer, a semelhança entre as formas imperativas auxiliares (ou supletivas) e as formas do subjuntivo latino, sem, novamente o “t” final, no singular e no plural: *laxet*, deixe e *laxent*, deixem; *recipiat*, receba e *recipiant*, recebam; *aperiat*, abra e *aperiant*, abram – segundo Scherre (2007, p. 195-200). Além disso, é notável a correspondência exata entre as formas do imperativo da 2P indireta do singular e do plural com as formas do imperativo da 3P do singular e do plural do presente do subjuntivo: deixe, deixe e deixem, deixem; receba, receba e recebam, recebam; abra, abra e abram, abram – de acordo com a análise já consagrada pela tradição gramatical Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]).

Considerando essa análise, Scherre (2007, p. 195-200) interpreta que a origem das formas próprias e supletivas (ou auxiliares) do imperativo parte de uma “confluência entre verdades sincrônicas e verdades diacrônicas”, que, segundo Saussure (1983, *apud* Scherre (2007, p. 195-200)) apresentam naturezas diferentes. A perspectiva sincrônica se baseia na análise de unidades no eixo das sucessões dos fatos linguísticos em um determinado tempo, e a perspectiva diacrônica se pauta na análise de unidades no eixo das simultaneidades dos fatos linguísticos ao longo do tempo. Por serem de naturezas distintas, ambas deveriam ter seu espaço específico no entendimento dos fenômenos linguísticos, porém é inegável que as duas verdades convergem na língua. Dessa maneira, as interpretações de natureza sincrônica e diacrônica para o caráter variável do imperativo no PB têm, cada uma à sua maneira, uma coerência em função de semelhanças fonomorfológicas entre as formas verbais que constituem o imperativo no PB.

A expressão do imperativo ocorre de forma variável no PB conforme atestam inúmeros estudos apresentados anteriormente – Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014). Entretanto, essa variação não se restringe a falantes do território brasileiro; há também uma nítida diferença entre o PB e PE quanto ao uso do imperativo na língua, evidenciando um processo de mudança linguística. Essa análise se baseia inicialmente no estudo de Scherre *et al.* (2007) em que a linguista faz algumas reflexões sobre o imperativo no português quanto às formas próprias do imperativo associadas ao indicativo e às auxiliares (ou supletivas) ligadas ao subjuntivo, à luz da sintaxe gerativa aplicada à estrutura da negação e à posição dos clíticos.

As línguas, de acordo com a caracterização translinguística na linha gerativa do modo imperativo, podem ser divididas em dois grupos. Conforme Scherre *et al.* (2007), há aquelas que apresentam um paradigma de imperativo próprio e uma sintaxe imperativa própria, como o espanhol castelhano e o grego moderno; bem como aquelas que apresentam um paradigma imperativo próprio, mas não uma sintaxe própria do imperativo, como o servo-croata, búlgaro e grego antigo. Para essa distinção é necessário considerar dois fatos sintáticos relativos ao imperativo: a possibilidade de os verbos serem negados e a posição dos clíticos em relação aos verbos.

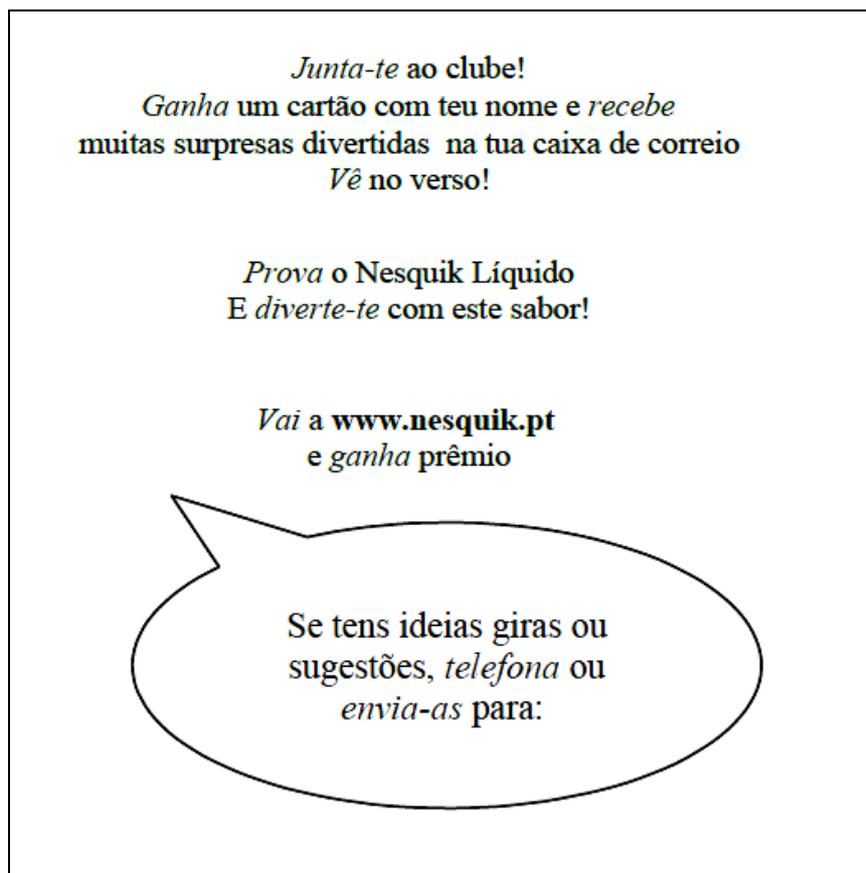
As línguas de imperativo com morfologia e sintaxe distintas, como o espanhol castelhano, apresentam formas verbais imperativas próprias com morfologia diferente da do modo indicativo que não podem ser negadas; nega-se apenas a forma supletiva associada ao subjuntivo. Além disso, essas línguas apresentam o clítico em posição pré-definida: ênclise no imperativo e próclise no indicativo e subjuntivo. Em posição oposta, as línguas de imperativo com morfologia distinta sem sintaxe distinta, como o servo-croata, apresentam formas verbais próprias do imperativo que podem ser negadas, porém não apresentam uma ordem única entre o clítico e o verbo para qualquer modo: o clítico ora ocorre na primeira ora na segunda posição por causa de uma exigência prosódica da língua.

Nessa perspectiva de análise, o PE seria considerado uma língua que apresenta imperativo verdadeiro com um paradigma de imperativo próprio e

uma sintaxe imperativa própria. O PE apresenta um imperativo com morfologia distinta, na medida em que as formas de 2P do singular e do plural se diferem das dos outros modos verbais, haja vista as formas “ama/amai” que, embora tradicionalmente consideradas derivadas das formas de 2P do singular e do plural do indicativo sem “s”, representam formas próprias de imperativo. Além disso, o PE apresenta uma sintaxe distinta: primeiro, porque possibilita a negação apenas para as formas supletivas do imperativo associadas ao subjuntivo, haja vista as formas “(não) ame/ames/ame/amemos/ameis/amem”; e segundo, porque apresenta o clítico em posição enclítica predefinida no imperativo, haja vista as formas “ama-me” e “amai-me”. Por essas razões, o PE seria uma língua de imperativo verdadeiro e sintaxe própria.

No entanto, diferentemente do que ocorre com outras línguas, como o PE, o PB seria considerado uma língua que apresenta imperativo verdadeiro com um paradigma de imperativo próprio, mas uma sintaxe imperativa relativamente livre. O PB, assim como o PE, apresenta um imperativo com morfologia distinta, na medida em que as formas de 2P do singular e do plural se diferem das dos outros modos verbais, *vide* as formas “ama/amai” que, mesmo tradicionalmente associadas às formas de 2P do singular e do plural do indicativo sem “s”, representam formas próprias de imperativo. Entretanto, o PB não apresenta uma sintaxe distinta: embora permita a negação apenas para as formas supletivas do imperativo associadas ao subjuntivo, *vide* as formas “(não) ame/ames/ame/amemos/ameis/amem”; não apresenta o clítico em posição predefinida no imperativo, *vide* as formas: “ama-me e me ama”; “ame-me e me ame”. É válido observar, ainda, que a posição proclítica no PB, conforme Carvalho (1989, *apud* Scherre *et al.*, 2007), é natural devido a questões prosódicas que diferem essa variante do PE. Por essas razões, o PB seria uma língua de imperativo verdadeiro, mas não de sintaxe própria, diferindo do PE.

Ainda a respeito das diferenças na expressão do imperativo no PE e PB, Scherre (2008, p. 15-17) exemplifica essa variação por meio de alguns folhetos de propagandas recolhidos em Lisboa, em que se lê o seguinte:



Quadro: Propagandas portuguesas recolhidas por Scherre

Fonte: Scherre (2008)

A linguista afirma que certamente os falantes brasileiros teriam certo estranhamento ao ler esses anúncios, pois elas não parecem produtivas no PB. Esse fato ocorre porque os falantes brasileiros encaram essas sentenças como se fossem construções assertivas com um sujeito de 3P do singular não expreso, o que gera incoerência, por causa do uso do “te”, do “teu”, e da flexão verbal expressa de “tu”. Essa análise, conforme Scherre (2008, p. 15-17) está imbricada nas diferenças entre o PE e PB em relação ao preenchimento da posição do sujeito e à interpretação referencial e não referencial de construções de sujeito não preenchido.

Nesse sentido, esse estudo revela, portanto, que as diferenças entre o PB e PE vão além de uma questão meramente sintática, mas também pragmática quanto ao contexto de uso do imperativo que muito difere entre as duas línguas. A esse propósito, Scherre (2008, p. 15-17), ao ser questionada por seu colega Anthony Julius Naro, em um congresso em Lisboa, por

coleccionar recortes de propagandas portuguesas, afirma “estruturas como estas são ainda hoje óbvias no português europeu, mas não no português brasileiro. É aí que está meu interesse.” É por esse motivo que as análises quanto às diferenças na expressão do imperativo do PB e PE devem continuar, pois, desse modo, pesquisadores e linguistas podem gradativamente entender as idiossincrasias da língua aquém-mar que em muito se destoam daquela além-mar.

Os estudos linguísticos arrolados nesta seção evidenciam de fato que o imperativo no PB, ao contrário do apregoado pela tradição gramatical é um fenômeno de expressão variável. Neste sentido, são notáveis os trabalhos de Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008) e Scherre *et al.* (2014) que muito têm contribuído para a compreensão do imperativo no PB. Desde suas primeiras pesquisas na década de 1990, a partir de um mero exercício gramatical até seus estudos na atualidade, é possível perceber inúmeras contribuições, entre elas vale destacar: o mapeamento da distribuição do imperativo no território brasileiro; o surgimento das formas próprias e auxiliares ou supletivas do imperativo em uma perspectiva sincrônica e diacrônica; bem como as diferenças entre o imperativo do PE e do PB. Diante desses estudos enriquecedores, resta saber qual a abordagem dada ao modo imperativo pelos livros didáticos do Ensino Médio aprovados no PNLD 2015.

5. ANÁLISE QUALITATIVA DAS COLEÇÕES DIDÁTICAS

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) visa principalmente subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de livros didáticos aos alunos da educação básica. O Ministério da Educação (MEC) realiza uma avaliação criteriosa das coleções e, posteriormente, publica o *Guia de Livros Didáticos*, um documento com resenhas dos livros aprovados. Esse *Guia* é encaminhado às escolas, que, com base nas informações ali postas, escolhem, entre os livros disponíveis, aqueles que teoricamente melhor atendem ao seu projeto político pedagógico.

No ano de 2015, ocorreu o último PNLD de obras voltadas para o Ensino Médio. O processo acontece todo ano, mas se divide em ciclos de maneira a contemplar todos os segmentos da educação básica de três em três anos. O próximo programa voltado para livros do Ensino Médio ocorrerá, portanto, em 2018. No PNLD 2015, segundo o *Guia* dos livros didáticos produzido pelo MEC, foram analisadas 17 coleções, das quais apenas 10 foram aprovadas e, portanto, resenhadas. As coleções aprovadas, em ordem de maior vendagem no território brasileiro, conforme os dados estatísticos do MEC disponíveis em seu *site*, foram as seguintes:

1. Português linguagens
2. Novas palavras
3. Português: contexto, interlocução e sentido
4. Língua portuguesa: linguagem e interação
5. Português linguagens em conexão
6. Ser protagonista língua portuguesa
7. Língua portuguesa
8. Viva português
9. Português: língua e cultura
10. Português vozes do mundo: literatura, língua e produção de texto

Neste trabalho, essas dez coleções são analisadas com base na abordagem que deram ao ensino do imperativo em seus livros didáticos, procurando-se estabelecer com o diálogo com a tradição normativa, a descrição gramatical e os estudos linguísticos abordados ao longo deste trabalho. Nessa análise, que pode ser vista de maneira sucinta no quadro a seguir, são consideradas, para cada coleção, a definição do imperativo, a abordagem dada às formas próprias e supletivas (ou auxiliares) desse modo verbal e a presença da expressão variável do fenômeno tanto na teoria, quanto nos exercícios, critérios esses baseados na análise teórica realizada nesta monografia. Dessa forma, visa-se, com esse tudo, entender melhor como ocorre o ensino do imperativo nos livros didáticos utilizadas no território brasileiro.

Coleções	Definição de imperativo	Abordagem das formas próprias e supletivas (ou auxiliares)	Presença da expressão variável do imperativo do PB	
			Teoria	Exercícios
Português: linguagens	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Inexistente	Inexistente
Novas palavras	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Inexistente	Inexistente
Português: contexto, interlocução e sentido	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Inexistente	Inexistente
Língua portuguesa: linguagem e interação	Ligada à gramática tradicional	Não apresenta a formação do imperativo	Inexistente	Inexistente
Português: linguagens em conexão	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Inexistente	Inexistente
Ser protagonista: língua portuguesa	Ligada à gramática tradicional	Não apresenta a formação do imperativo	Inexistente	Inexistente
Língua portuguesa	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Existente	Inexistente
Viva português	Não apresenta a definição do imperativo	Não apresenta a formação do imperativo	Inexistente	Inexistente
Português: língua e cultura	Não apresenta a definição do imperativo	Não apresenta a formação do imperativo	Inexistente	Inexistente
Português vozes do mundo: literatura, língua e produção de texto	Ligada à gramática tradicional	Perspectiva sincrônica da gramática tradicional	Existente	Inexistente

Quadro: Análise das coleções de livros didáticos aprovadas pelo PNLD 2015

Fonte: elaboração própria

O quadro anterior revela um resultado preocupante em relação ao ensino do imperativo. Todas as obras que apresentam o imperativo atêm-se a uma definição desse modo verbal estritamente ligada à gramática tradicional e a maioria apenas leva em consideração a perspectiva sincrônica de constituição do imperativo por meio das formas próprias e supletivas (ou auxiliares). Além disso, quase nenhuma dessas coleções aborda a expressão variável do imperativo seja em sua teoria seja em seus exercícios. Por esse motivo, é essencial repensar sobre o modo como se ensina o imperativo por meio desses livros.

Especificamente sobre a definição dada ao imperativo, percebe-se que praticamente todas as obras, por exemplo, a coleção *Português Linguagens* (vol. 2, p. 137), apresentam o imperativo, com pouquíssimas variações, como o modo “da ordem, do pedido e do conselho”, definição essa bastante similar à da tradição gramatical (cf. Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006])). É necessário observar, porém, que apresentar a definição do imperativo de modo semelhante à gramática tradicional não é necessariamente um problema, na medida em que os estudos linguísticos de gramática descritiva também consideram o imperativo como o modo do pedido, da ordem, do conselho e da súplica, por provavelmente este modo verbal dificilmente ser utilizado em situações muito diferentes desses contextos.

O problema, entretanto, reside no fato de duas coleções, a saber *Viva português* e *Português língua e cultura*, nem apresentarem uma definição para o imperativo. O *Guia de livros didáticos PNLD 2015* (p. 77-81 e 50-53, respectivamente) afirma que ambas as coleções apresentam o eixo dos conhecimentos linguísticos de forma discursiva e reflexiva, baseando-se em situações de língua em uso, ainda que haja algumas sistematizações metalinguísticas. Todavia, nessas coleções o imperativo passou incólume. Em *Viva português*, nem quando se fala sobre o gênero anúncio publicitário (vol. 2, p. 208-213), há uma referência ao imperativo. E, em *Português língua e cultura*, embora se peça ao aluno em um exercício (vol. 1, p. 228) que pesquise em uma gramática uma forma de imperativo, ou se apresente no estudo do gênero publicitário (vol. 3, p. 79-92) uma referência ao imperativo como elemento

constitutivo da linguagem desse gênero, também não há nenhuma sistematização reflexiva e discursiva sobre o imperativo. Essas duas coleções em muito se distanciam, portanto, de um trabalho adequado com esse modo verbal.

Em relação à abordagem das formas próprias e supletivas (ou auxiliares) na formação das pessoas discursivas e nas modalidades afirmativa e negativa do imperativo as coleções também não se mostram satisfatórias. Quatro coleções (*Língua portuguesa: linguagem e interação*, *Ser protagonista língua portuguesa*, *Viva português*, *Português: língua e cultura*) sequer mencionam a formação do imperativo. São as seis coleções (a saber: *Português linguagens*, *Novas palavras*, *Português, contexto, interlocução e sentido*, *Português linguagens em conexão*, *Língua Portuguesa e Português vozes do mundo: literatura, língua e produção de texto*) abordam a formação do imperativo.

Entretanto essa abordagem considera apenas a perspectiva sincrônica da tradição gramatical, segundo a qual as formas próprias derivam do presente do indicativo sem o “s” e as formas supletivas (ou auxiliares) do presente do subjuntivo. Não há, portanto, qualquer referência à perspectiva diacrônica, segundo a qual as formas próprias e as formas supletivas do imperativo teriam sido derivadas da língua latina, cf. Scherre (2007, p. 195-200). Não se defende neste trabalho que os livros didáticos devam fazer sistematizações exaustivas sobre essa questão para os alunos secundaristas, mas apresentar a perspectiva diacrônica nesse caso, ainda que sumariamente, seria interessante para demonstrar ao aluno como o imperativo da língua portuguesa se constituiu a partir da língua latina.

No que concerne à presença da expressão variável do imperativo no PB em relação à abordagem teórica desse modo verbal nas coleções, o resultado também é preocupante. De todas as coleções apenas duas, a saber: *Língua Portuguesa* e *Português vozes do mundo: literatura, língua e produção de texto*, apresentam a variação do imperativo no PB. Além disso, somente uma delas aborda o fenômeno de maneira coerente com os estudos linguísticos contemporâneos sobre o assunto.

A primeira, de forma bastante inovadora, apresenta um quadro (vol. 2, p. 206), retirado de Bagno (2011, p. 571), que registra o modo imperativo em uso no PB, evidenciando que o falante brasileiro opta pelas formas supletivas ou auxiliares, dependendo da região em que se encontra ou do contexto de maior ou menor monitoramento discursivo em que se insere. Já a segunda utiliza sentenças, como “*Se a gripe te pegou logo ali na esquina, tome Coristina*” e “*Vem pra Caixa você também! Vem!*” (vol. 2, p. 248), para abordar a variação do imperativo no PB. Entretanto a coleção peca ao afirmar, tal como constata Bagno (2010, p. 268), Lopes (2012, p. 122) e Lopes (2014, p. 115) em relação a outros livros didáticos, que esse é um fenômeno visto como uma “mistura de pessoas do discurso” ou “falta de uniformidade de tratamento”, próprios da linguagem coloquial, não considerando, portanto, que em muitas situações formais esse uso variável do imperativo também é observado e aceito.

No que se refere à presença da expressão variável do imperativo do PB em relação aos exercícios, o resultado não poderia ser mais frustrante: nenhuma coleção abordou a expressão variável do imperativo em suas atividades propostas aos alunos. Há alguns exercícios em algumas coleções que abordam a variação do imperativo em alguns textos e sentenças, porém nenhum deles leva o aluno a refletir a respeito do fenômeno. Como ilustração, vale citar uma charge, de Son Salvador, presente na coleção *Português linguagens* (vol. 2, p. 150), em que se lê “Acorda, Excelência”, que seria muito produtiva para a análise da expressão variável, mas que é desprezada pela coleção, tendo um efeito meramente ilustrativo à temática política arrolada nos exercícios da página.

Outro exemplo, que também envolve uma charge, dessa vez do cartunista Angeli, se encontra em um exercício na coleção *Língua Portuguesa* (vol. 2, p. 213), em que se lê a sentença “Mãe!! Traz mais suco!”, que seria igualmente significativa para abordar a expressão variável do imperativo, mas que serviu apenas para tratar da noção imperativa e do efeito de humor presente no texto. Além disso há mais um exemplo do fenômeno na coleção *Novas palavras*, em que há um exercício (vol. 2, p. 232) sobre a frase “Curta a vida curta”, em que só se pede para transpor a forma verbal para a 2ª P do singular, sem que se mencione, no entanto, a possibilidade da variação.

As demais coleções, em geral, abordam exercícios sobre o imperativo muitas vezes de forma contextualizada e reflexiva, procurando evidenciar como esse modo verbal contribui para construção de sentido do texto; entretanto, sem mencionar a variação desse modo verbal. É o que ocorre, por exemplo, em *Português contexto, interlocução e sentido*, que apresenta uma atividade (vol. 2, p. 279) em que o aluno é levado a entender como algumas sentenças, entre elas, “Não telefone todos os dias para seu amor” e “Seja humilde” são significativas para o entendimento do texto instrumental “Para seu namoro (ou o que for) dar certo”, que traz um assunto de grande interesse dos jovens.

Outro exemplo nesse sentido ocorre na coleção *Língua Portuguesa: linguagem e interação*, que, ao apresentar um anúncio publicitário (vol. 2, p. 294) com a sentença “Seja um doador de órgãos”, promove a reflexão do aluno por meio de algumas perguntas, sobre como o modo imperativo é crucial na construção do gênero. Uma abordagem semelhante também pode ser observada na obra *Ser protagonista: língua portuguesa*, em que se encontra uma tirinha protagonizada pelo Garfield (vol. 2, p. 254), com a sentença “Não tire a tampa do pote!”, por meio da qual o aluno é levado a compreender as nuances do modo imperativo, que nesse caso, em conjunto com os elementos visuais, encerra uma expressão de ordem.

Entretanto, em uma perspectiva distante dos outros livros, a coleção *Português linguagens em conexão* aborda majoritariamente exercícios estruturais descontextualizados de preenchimento de lacuna sobre o imperativo (vol. 2, p. 212). Essas atividades, que foram retiradas em sua maioria de exames vestibulares, apresentam sentenças, como “Crê em ti; mas nem sempre duvides dos outros” ou “(...) Abandona o que é teu e esquece-me”. Essas sentenças muito se assemelham aos exercícios de Cegalla (1999, p. 184) que serviram de ponto de partida para as pesquisas de Scherre sobre imperativo [cf. Scherre (2007, p. 189)] e, por isso, são pouco produtivas para se entender o imperativo em sua distribuição variável no PB, bem como na construção de sentido de textos.

O cenário da abordagem do imperativo nas coleções didáticas deste trabalho, as quais são amplamente utilizadas nas instituições públicas em todo o território nacional, é certamente lamentável. As obras que apresentam o

imperativo – existem duas obras que sequer sistematizam esse modo verbal – evidenciam uma definição de imperativo estritamente baseada na tradição normativa. Como se não bastasse, a maioria apenas leva em consideração a perspectiva sincrônica de constituição do imperativo por meio das formas próprias e supletivas (ou auxiliares). E, por fim, além de algumas não sistematizarem a formação do imperativo, muitas desconsideram as contribuições da linguística histórica em uma perspectiva diacrônica a respeito do fenômeno.

Acrescido a isso, quase nenhuma dessas coleções aborda a expressão variável do imperativo, seja em sua teoria, seja em seus exercícios. Mesmo que haja uma abordagem reflexiva e discursiva a respeito do imperativo, evidenciando seu papel na construção de sentido do texto, os estudos linguísticos relacionados ao fenômeno foram praticamente desconsiderados pelas coleções. Por esse motivo, é essencial repensar sobre o modo como se ensina o imperativo por meio desses livros, na medida em que eles em muito se aproximam de uma abordagem tradicional e pouco auxiliam, portanto, na reflexão do aluno sobre as especificidades de sua própria língua.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O imperativo no PB é um fenômeno linguístico bastante instigante, a respeito do qual existem vários estudos linguísticos que abordam a expressão variável desse modo verbal no território brasileiro. Entretanto, como esperado, esses estudos não são abordados pela tradição gramatical, tendo em vista que essas gramáticas estão mais preocupadas com a manutenção de uma língua padrão da “arte do bem escrever e do bem falar” do que com a língua em uso no Brasil contemporâneo. Por outro lado, nas gramáticas descritivas, a expressão variável do imperativo já é exposta, mostrando-se, pois, em estreita conexão com os resultados dos estudos linguísticos. Todavia, os livros didáticos ainda estão muito aquém de uma abordagem próxima à perspectiva descritivista da língua. Em sua maioria, as coleções analisadas neste trabalho sequer abordaram o imperativo em suas formas diversificadas – “compra

(você), compre (tu)”, “vem (você), venha (tu)”, “chega (você), chegue (tu)” –, mostrando-se pouco significativas em relação à conscientização do alunado acerca da dinâmica variável do PB.

As gramáticas normativas, cf. Rocha Lima Rocha Lima (2013 [1972]), Cunha e Cintra (2007 [1985]) e Bechara (2009 [2006]), não apresentam essa distribuição em variação no PB. Nessas gramáticas, o imperativo é interpretado na perspectiva da preservação da tradição gramatical, na medida em que assumem que: as formas próprias de imperativo são utilizadas exclusivamente para a 2P do singular e do plural do imperativo afirmativo; e as formas supletivas, para a 3P do singular e 1P e 3P do plural do imperativo afirmativo, bem como para a 2P e 3P do singular e 1P, 2P e 3P do plural do imperativo negativo. Além disso, a tradição gramatical ainda desconsidera a perspectiva diacrônica que entende o surgimento das formas próprias e supletivas do imperativo com advindas da língua latina. Essas gramáticas prescritivas se ocupam em conservar a norma padrão por meio de normas que prescindem da língua em uso.

Em posição oposta, as gramáticas descritivas, representadas por Perini (2010), Bagno (2011) e Castilho (2014), já evidenciam uma dissonância entre a teoria tradicional e a língua em uso. O imperativo, segundo essas gramáticas, é um fenômeno em variação, uma vez que consideram não existir, tal como postula a gramática normativa, uma correlação exata entre as formas próprias e os contextos de “tu” e “vós” na modalidade afirmativa. Diferentemente disso, é observada a produtividade de formas próprias para o modo imperativo em contextos de “você” (“compra”, “vem”, “chega”), atentando-se, assim, para os condicionamentos linguísticos e extralinguísticos que impulsionam a expressão variável do imperativo no PB. Dessa forma, essas gramáticas cumprem o seu papel principal que é o de descrever as regras da língua em uso, sobretudo, no que se refere à expressão variável do imperativo.

Em conformidade com Scherre (2007), Scherre *et al.* (2007), Scherre (2008), Scherre *et al.* (2014), o imperativo no PB é um fenômeno em variação. Os falantes brasileiros, diferentemente dos portugueses, utilizam as formas próprias “deixa/recebe/abre/dá/diz/vai”, ligadas ao pronome “tu”, e as formas supletivas ou auxiliares “deixe/receba/abra/dê/diga/vá”, ligadas ao pronome

“você” de forma variável no território brasileiro. Em cidades, como Brasília, Rio de Janeiro e Florianópolis, há o predomínio das formas próprias e, em cidades, como Fortaleza, João Pessoa e Salvador, há o predomínio das formas supletivas. Esses dados revelam, portanto que o imperativo do PB é um fato linguístico que merece atenção e estudo, graças à sua natureza variável.

Todavia, esse avanço na teoria linguística não foi assumido pelas coleções aprovadas pelo PNLD 2015, amplamente utilizadas no ensino público de todas as regiões brasileiras. Das dez coleções analisadas, duas (*Viva português* e *Português: língua e cultura*) sequer apresentaram uma sistematização do modo imperativo, e todas as restantes que o fizeram, abordaram esse modo verbal em uma perspectiva estritamente tradicional. Não consideraram, por exemplo, a origem diacrônica das formas auxiliares e supletivas do imperativo; e levaram em consideração apenas a origem sincrônica já aventada recorrentemente pela gramática normativa. Além disso, apenas duas coleções (*Língua Portuguesa* e *Português: vozes do mundo*) apresentaram a expressão variável do imperativo na abordagem desse modo verbal, sendo que uma delas (*Português: vozes do mundo*) a considerou um mero caso de "mistura de tratamento". Como se não bastasse, nenhuma coleção, embora muitas apresentassem exercícios sobre o imperativo na construção de sentido do texto, abordou a variação desse modo verbal como tema de reflexão em seus exercícios. Desse modo, acredita-se que essas coleções deveriam ser criteriosamente revistas, uma vez que se mostram pouco satisfatórias na abordagem da expressão variável do imperativo do PB ao não proporcionarem aos alunos uma reflexão sobre o fenômeno em análise, não se baseando, de sobremaneira, na língua em uso.

Ao estudar a expressão variável do imperativo no PB, este trabalho monográfico procurou expor um panorama desse fenômeno, levando em consideração a abordagem do imperativo sob a perspectiva da gramática tradicional, contrapondo-a à perspectiva da gramática descritiva que, por sua vez, é alimentada pelos resultados dos estudos linguísticos contemporâneos sobre essa temática. Com base nesse cenário, foram analisadas as dez coleções de livros didáticos do Ensino Médio aprovadas no PNLD 2015, por

meio das quais se constatou que os materiais estão muito aquém de uma abordagem adequada à alternância de formas verbais imperativas do PB.

Nesse sentido, é necessário que novas pesquisas sejam feitas no intuito de se compreender o gradualismo da expressão variável do imperativo no PB, bem como é imprescindível que se volte o foco para uma abordagem do imperativo como um fenômeno em variação nas coleções de livros didáticos utilizados pelos milhões de alunos da rede pública de todo território brasileiro, a fim de que, de fato, se construa um ensino condizente com as idiossincrasias da língua portuguesa falada no Brasil.

7. REFERÊNCIAS

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. *Português: contexto interlocução e sentido*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2013.

ALVES, Roberta Hernandes; MARTIN, Vima Lia. *Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2013.

AMARAL, Emília; PATROCINIO, Mauro Ferreira do; LEITE, Ricardo Silva; BARBOSA, Severino Antônio Moreira. *Novas palavras*. 2. ed. São Paulo: FTD, 2013.

ANDRADE, Oswald de. *Seleção de Textos*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada: "limpando o pó das ideias simples"*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BAGNO, Marcos. "É imperativo mudar de atitude!". In: *Gramática, pra que te quero?*. Curitiba: Aymara, 2010.

BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. atualizada pelo Novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMPOS, Elizabeth Marques; CARDOSO, Paula Marques; ANDRADE, Sílvia Letícia. *Viva português: ensino médio*. São Paulo: Ática, 2013.

- CAMPOS, Maria Tereza Arruda (Coord.). *Português vozes do mundo: literatura, língua e produção de texto*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. 1. ed. 3. reimp. São Paulo: Contexto, 2014.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 34. ed. São Paulo: Nacional, 1991.
- CEREJA, William Roberto; COCHAR, Thereza. *Português linguagens*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. *Português língua e cultura: língua portuguesa*. 3ª ed. Curitiba, PR: Base Editorial, 2013.
- FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de; MARUXO JÚNIOR, José Hamilton. *Língua Portuguesa: linguagem e interação*. 2ª ed. – São Paulo: Ática, 2013.
- LOPES, Célia Regina. "O quadro dos pronomes pessoais: descompasso entre pesquisa e ensino". In: ABREU, Maria Teresa Tedesco Vilar do; BERNARDO, Sandra Pereira. *Matraga*. vol. 19, n. 30. Rio de Janeiro: UERJ, jan./jun. 2012.
- LOPES, Célia Regina. "Pronomes pessoais". In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo. *Ensino de Gramática: descrição e uso*. 2. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia de livros didáticos: PNLD 2015: língua portuguesa: ensino médio*. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.
- PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- RAMOS, Rogério de Araújo (Org.). *Ser protagonista: língua portuguesa*. 2 ed. São Paulo: Edições SM, 2013.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da [1915-1991]. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 51. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Aspectos sincrônicos e diacrônicos do imperativo gramatical no Português Brasileiro*. In: Revista Alfa, São Paulo, 51 (1): 189-222. 2007.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; CARDOSO, Daisy Bárbara Borges; LUNGUINHO, Marcus Vinicius da Silva; SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. *Reflexões sobre o imperativo em português*. In: DELTA [online]. 2007, vol. 23, n.spe, p. 193-241.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. O imperativo gramatical no português brasileiro: reflexo de mudança linguística na escrita de revista sem quadrinhos. In: VOTREE, Sebastião Josué; RONCARATI Cláudia (Orgs.). *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; TESCH, Leila Maria; YACOVENCO, Lilian Coutinho. *Variação e mudança na fala e na escrita: caminhos e fronteiras*. Revista (Con)Textos Linguísticos. Vitória, v.8, n. 10.1, p. 87-106, 2014.

SETTE, Maria das Graças Leão; TRAVALHA, Márcia Antônia; BARROS, Maria do Rozário Starling de. *Português: linguagem e conexão*. São Paulo: Leya, 2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2009.